

## **Atuação da Fundação Apaeb em Valente (BA): tecendo desenvolvimento sustentável com fios de economia solidária e identidade local**

### **1. INTRODUÇÃO**

Na transição entre os séculos XX e XXI, o agravamento de problemas globais ficaram mais evidentes. Na economia, a crise financeira, iniciada em meados da década de 2000, ainda assola países emergentes como o Brasil e a Argentina. Na esfera ambiental, os desastres causados pela mineração nos municípios de Mariana e de Brumadinho contaminaram o abastecimento de água e impactaram na biodiversidade em uma extensa região (JACOBI, 2015; ANDRADE; LIMA, 2018; KHAVUL; BRUTON, 2013; ALLEN; CUNLIFFE; EASTERBY-SMITH, 2019). Na questão social, Piketty (2010) e Dardot e Laval (2016) destacam a perpetuação de desigualdades, o acúmulo de tensões e polarizações, além dos desequilíbrios especulativos.

Em uma era de prolongada crise financeira, instabilidade política e injustiça mundial, a legitimidade econômica e a ética das organizações se tornaram um desafio contínuo (RHODES ET AL 2020). A persistência desses problemas fomentou inúmeras discussões, que se refletiram na criação do conceito holístico e complexo de Desenvolvimento Sustentável (DS), cuja abrangência destaca, entre outras ações, a busca por equilíbrio ambiental, formas efetivas de combater a pobreza, promover o desenvolvimento e a justiça social (MANSUR; COUTINHO; TEODÓSIO, 2016; LIMA, 2016; HUTTMANOVÁ; VALENTINY, 2019).

No Brasil e internacionalmente, distintas esferas governamentais e do setor privado têm discutido perspectivas para se inserir e propagar os princípios do DS (LIMA; AMÂNCIO-VIEIRA, 2017). Entre elas, destaca-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas (ONU), que contemplam inúmeros desafios globais, entre eles, a pobreza, desigualdade, clima, degradação ambiental, prosperidade, paz e justiça. As metas presentes no pacto interconectam-se e foram estipuladas para serem atingidas até 2030 (UNITED NATIONS, 2020).

Em muitos países, notadamente nos em desenvolvimento, o DS depende de organizações locais efetivas, intercâmbio entre elas e vínculos que possibilitem influências de base na formulação de políticas nacionais e locais (BROWN, 1991; MOURA COMINI; TEODÓSIO, 2015). O viés sustentável do desenvolvimento emerge do engajamento humano e dos diversos modos de vida que fomentem continuamente o surgimento, a vitalidade, a resiliência e a adaptação dos aspectos sociais e naturais (JAMES, 2015).

Assim, este artigo tem como objetivo compreender os desdobramentos do desenvolvimento sustentável na região do município de Valente-BA a partir da atuação da Fundação APAEB. Justifica-se esse trabalho por diversos fatores dentre eles: i) a organização ser uma das pioneiras no processo de fomento da economia solidária pautada em sustentabilidade; ii) a importância de compreender a intersecção entre o meio urbano e o rural para fomentar o desenvolvimento local em uma das regiões mais carentes da Bahia; iii) evidenciar como atores locais podem atuar em distintas frentes na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Para atender ao objetivo proposto, o trabalho contará, após esta introdução, com o referencial teórico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e suas dimensões. Posteriormente, abordará os conceitos de economia solidária e desenvolvimento local. Em seguida, é apresentado o percurso metodológico do trabalho, os resultados da pesquisa, e, por fim, as considerações finais.

## 2. ASPECTOS TEÓRICOS

### 2.1 Desenvolvimento Sustentável: definições e dimensões

Ao passo que crescia a economia mundial, o desenvolvimento sempre foi visto como uma analogia à promoção de progresso por meio de megaprojetos e multiplicação de riqueza. A definição do estágio econômico, político e social era determinada por meio índices de rendimento dos fatores produtivos, do capital, do trabalho e dos recursos naturais. Todavia, esse processo dominante tem sido reforçado pelo individualismo e pela exploração desmedida de recursos, refletindo-se em fragmentação do tecido social, destruição de ecossistemas e o abandono do meio rural (ANDION, 2003; SVAMPA, 2013).

No entanto, “se, por muito tempo a atenção esteve focalizada predominantemente na eficiência econômica pode-se dizer que hoje o olhar é mais amplo” (PADILHA; VERSHOORE, 2013, p. 230). Nesse sentido, o DS emergiu como uma construção sócio histórica elaborada ao longo de ao menos três décadas. Suas primeiras expressões remontam os anos de 1960, motivado pelos movimentos sociais, com destaque para os grupos ecológicos, cuja agenda consistia em contestar o modo de produção (LÉVESQUE, 2009).

Como premissas basilares, O DS visa o igualitarismo entre as necessidades humanas, a distribuição de oportunidades para as pessoas em um processo de crescimento econômico. Busca-se pensar no crescimento com qualidade e atendimento das necessidades primárias da sociedade, tais como: água e saneamento, alimentação, energia elétrica, geração de empregos, utilização da tecnologia de maneira positiva e decisões visando equilíbrio entre sociedade e mercado (WCED, 1987).

Os desdobramentos das discussões sobre o desenvolvimento sustentável perpassam várias áreas do conhecimento e não encontra unanimidade sobre sua efetividade e validade de sua formulação (LIMA, 2016). Em comum, diversos autores, dentre os quais, Brown (1991), Sachs (1993; 2004), Kelly, Sirm e Ratcliffe (2004), Buarque (2008), Seghezze (2009), Albuquerque (2015) e Fischer, Brettell e Mauer (2018), concordam que o DS é multidimensional, que almeja o equilíbrio das dimensões econômica, ambiental, sociocultural, política, entre outras, que possam surgir das necessidades locais. O quadro 1 destaca as dimensões do desenvolvimento sustentável, suas características e alguns critérios para serem propagados e fortalecidos.

Quadro 1- Dimensões, características e critérios do desenvolvimento sustentável.

Dimensão	Características	Critérios
Ambiental e ecológica	Destaca-se que seria impossível pensar no DS sem relatar a necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento e a preservação da natureza. Logo, se faz necessário buscar constantemente tecnologias limpas que permitam a gestão ambiental e dos recursos de modo a manter a deterioração em um nível mínimo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proteção do potencial de capital natureza de recursos que sejam renováveis;</li> <li>▪ Limitar e criar alternativas para uso de recursos não renováveis.</li> <li>▪ Respeitar e realçar a capacidade natural de autodepuração dos ecossistemas.</li> </ul>
Social e humana	O desenvolvimento social e humano contempla maior preocupação com o bem-estar da população ao promover a	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acesso e melhoria da educação, formação, nutrição e saúde;</li> <li>▪ Melhoria da distribuição de renda</li> </ul>

	<p>cidadania e a melhora na qualidade de vida. No DS o processo de desenvolvimento deve se dar de maneira que reduza significativamente as diferenças sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ para a inclusão social e o reforço do mercado consumidor interno;</li> <li>▪ Qualidade das relações de trabalho;</li> <li>▪ Fortalecer o papel das mulheres</li> <li>▪ na sociedade;</li> <li>▪ Fomento de formas de economia social e solidária.</li> </ul>
Econômica	<p>Em termos empresariais, se enaltece a responsabilidade social corporativa, na qual se sobrepõe a necessidade de geração de emprego e renda. No âmbito governamental, as ações são orientadas para diminuir os custos sociais e ambientais com alocação eficiente de recursos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;</li> <li>▪ Segurança alimentar;</li> <li>▪ Fomento da diversificação e qualidade produtiva no território;</li> <li>▪ Serviços de apoio às micro e pequenas empresas e cooperativas locais;</li> <li>▪ Capacidade de Modernização contínua dos instrumentos de produção por meio de um nível razoável de desenvolvimento técnico e científico.</li> </ul>
Cultural	<p>Está baseado na manutenção da identidade cultural dos povos e na necessidade de se preservar as raízes culturais dos seres humanos. A dimensão cultural tem a capacidade de catalisar as outras dimensões do DS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Refere-se a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);</li> <li>▪ Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos estrangeiros).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Sachs (2008), Buarque (2008) e Albuquerque (2015).

Na literatura, não há consenso sobre a importância e as interações entre essas dimensões. Lélé (1991), por exemplo, destaca que atender os objetivos sociais e ambientais de forma simultâneas e integrativa leva a um equívoco, pois cada uma delas possui dinâmicas temporais distintas. Como as demandas sociais existem em um contexto peculiar, as necessidades das pessoas um caráter de urgência distinto daquelas conectadas com as ambientais, pois as soluções variam em um espaço temporal ampliado.

Além das dimensões explicitadas, quando se trata da abordagem territorial do desenvolvimento sustentável, Silva (2008), destaca que é necessária uma base endógena com a presença de conhecimento, pesquisa, capital humano, capital social, conhecimento, inovação, informação e presença de instituições. Uma região dotada desses atributos ou capaz desenvolvê-los estará mais apta em desenvolver-se de modo equilibrado e sustentável, com a geração de bons índices de coesão social, contemplando as dimensões não só econômica, mas também territorial.

Em consonância com essa perspectiva, Ronconi, Menezes e Bittencourt (2019) afirmam que nas últimas décadas, as organizações de economia social e solidária têm desempenhado papel fundamental no desenvolvimento territorial sustentável em economias emergentes. No intuito de compreender melhor essa relação o próximo tópico explica o que vem a ser a economia solidária e suas interrelações com desenvolvimento local.

## 2.2 Economia Solidária e Desenvolvimento Local

Os estudos sobre Economia Solidária têm alcançado cada vez mais destaque, pois seu foco são os cidadãos e trabalhadores que desenvolvem possibilidades e experiências para superar as práticas de trabalho e comercialização que são concernentes às formas capitalistas tradicionais. Nesse tipo de empreendimento, há um processo democrático para alcançar o controle dos meios de produção, distribuição e consumo de produtos e serviços. Logo, não reproduzem as formas de produção arraigadas, ademais não estão centrados em empreendimentos controlados pelo Estado (SINGER, 2000; BARRETO; PAES-DEPAULA, 2009).

Em lugar de estruturas centralizadas de controle, tende-se a uma responsabilidade compartilhada e diretamente democrática. Em vez de impor uma monocultura global, busca-se fortalecer a diversidade de culturas e ambientes locais. No lugar de se priorizar o lucro, os princípios da ES se baseiam em um compromisso mais amplo com as justiças social, econômica e ambiental (LAVILLE; GAIGER; 2009; MILLER, 2009). No Quadro 2, há uma síntese dos princípios fundamentais da ES.

Quadro 2 – Princípios da Economia Solidária.

Ação Econômica	Sem abrir mão dos demais princípios, as iniciativas de economia solidária são concebidas por motivação econômica e não excluem a produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, atividades de crédito e o consumo.
Autogestão	As decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo em vez de ficarem centralizadas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos.
Cooperação	No lugar da competição, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados.
Equidade	As iniciativas opõem-se, ativamente, a todas as formas de opressão tanto na sociedade como na própria iniciativa. Nos empreendimentos, todos são capazes de desempenhar um papel ativo, independentemente de raça, classe, gênero ou qualquer outra parte de sua identidade.
Pluralismo	Nos empreendimentos respeita-se o entendimento de que existem diferentes maneiras de atender às nossas necessidades dependendo da situação em que operam e que não existe um único caminho "certo" para criar um mundo justo e sustentável.
Solidariedade	Apoia-se ativamente, e promove a cooperação, a partilha, a reciprocidade, o altruísmo, o amor e o cuidado com o individualismo e a divisão. Procura agir em solidariedade com iniciativas e movimentos que trabalham para o mesmo objetivo. A preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de DS.
Sustentabilidade	Na economia solidária não é tida como algo que os humanos possuem e exploram, mas se esforçam para fazer parte da criação de alternativas sustentáveis à economia extrativista e prejudicial.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Secretaria do Trabalho (2015) e *Solidarity Economy Association* (2020).

Assim como a economia solidária, Buarque (2008) discorre que o desenvolvimento local é um processo de transformação interno e que ocasiona dinamismo econômico e

aumenta o bem-estar público. Ainda segundo o autor para que haja transformações e essas possam assumir patamares resilientes, o processo de desenvolvimento precisa acessar as potencialidades locais, no sentido de dinamizar as questões de trabalho; potencializar a economia local; assegurar a preservação de recursos naturais; fomentar o senso de mobilização e auto-organização; valorizar a matriz cultural e socioeconômica.

Para Albuquerque (2015), o “Local” ou “Territorial” podem ser utilizados como sinônimos, todavia o “territorial” é mais habitual na linguagem acadêmica ou profissional, enquanto o termo “local” é mais utilizado quando o olhar é direcionado para os atores organizacionais de uma região. Nesse sentido, existem condições e fatores - como ambiente, espaço público, infraestrutura ou segurança - que afetam as pessoas em um território humano. São serviços de uso comum que prejudicam ou beneficiam a comunidade como um todo, melhorando ou enfraquecendo as bases das quais ela pode aproveitar as oportunidades e melhorar as condições de vida de seus membros (CUERVO, 2006).

Tal qual o desenvolvimento sustentável, Caldas, Martinz e Vaz (2010) reiteram que o desenvolvimento local também apresenta vários significados, contemplando distintas dimensões em que se exerce a cidadania, e tem condições de criar um espaço de interação entre cidadãos, recuperando a iniciativa e autonomia na gestão do que é público. Geralmente, essa concepção não admite modelos e prontos.

### 3. Percurso Metodológico

O trabalho utilizou-se uma pesquisa qualitativa por meio da estratégia de estudo de caso intrínseco e descritivo, que consiste na descrição holística e intensiva de um fenômeno (MERRIAM, 1998). Seu caráter intrínseco reflete o fato de o fenômeno constituir o próprio objeto da pesquisa e as opções dos pesquisadores visam conhecer determinado caso em profundidade, sem necessidade de desenvolvimento teórico (STAKE, 2005). Sua face descritiva advém por apresentar um relato detalhado de um fenômeno social cuja configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos, a fim de ilustrar a complexidade da situação e os aspectos nela envolvidos (GODOY, 2006).

A unidade de análise corresponde ao conjunto de ações desenvolvidas pela Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) que impactam o desenvolvimento sustentável na região de Valente (BA). A aproximação dos autores com o campo ocorreu em duas etapas e encontra-se detalhada no Quadro 3.

Quadro 3 – Aproximação com o campo.

<b>Antes de chegar ao campo</b>	Conduziu-se buscas em meios eletrônicos por organizações e atores que pudessem ser elementos importantes para a realização de entrevista e explicações sobre a cidade; assistimos vídeos e realizamos a leitura de documentos sobre a cidade e a cultura do sisal e realizamos contato com alguns desses atores para agendamentos e levantamento de informações iniciais.
<b>No campo</b>	Na primeira semana de campo, realizamos uma visita em uma indústria de grande porte onde ocorre o beneficiamento de sisal; visita à Escola da Família Agrícola (EFA), visita a uma produção de sisal; visita a um ponto de comercialização dos produtos de cooperativas e de ações de economia solidária; visita ao sindicato de trabalhadores rurais; visita à prefeitura municipal de Valente, visita a uma feira de comercialização de produtos da agricultura familiar e participação como ouvintes da votação de uma assembleia de uma associação local de produtores de sisal e participação em uma confraternização, onde ocorreu um torneio de futebol masculino.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio dessas ações foi possível destacar pessoas que vivenciaram o contexto histórico das ações empreendidas na cidade. Essa interação procurou abranger segmentos da sociedade civil, governo e mercado, sendo que alguns atores pertenciam a mais de uma dessas esferas. Desse modo, “contemplou-se os atores sociais e a institucionalidade da localidade, com sua diversidade e potencialidades econômicas, sociais, ambientais e as diferentes alternativas de atuação para a transformação e o desenvolvimento do local” (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010, p. 561). Após o mapeamento, procedeu-se às entrevistas por meio de roteiro semiestruturado. Foram entrevistadas onze pessoas que se encontram caracterizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Informantes da Pesquisa.

INFORMANTE	CARGO/FUNÇÃO
E1	Diretora do Sindicato Rural
E2	Secretário Municipal da Fazenda
E3	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
E4	Produtor rural e diretor da Fundação APAEB
E5	Membro da Associação de Mulheres Artesãs
E6	Membro da Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS)
E7	Vice-presidente sindical e membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente
E8	Diretora do ponto de vendas de produtos da Economia Solidária
E9	Gerente de Comunicação do banco cooperativo
E10	Diretor Administrativo do banco cooperativo
E11	Professora e diretora da Escola da Família Agrícola de Valente

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além das entrevistas, outros dados primários foram coletados por meio de diários de campo. Já os dados secundários foram oriundos de relatórios e documentos físicos e digitais, vídeos e fotografias. Todo o material coletado, e posteriormente agrupado, foi interpretado por meio da técnica de análise de conteúdo, destacada por Bardin (2009). Dentre as possíveis técnicas, optou-se pela categorial preestabelecida pela teoria empregada na pesquisa.

A operacionalização da análise seguiu as recomendações de Câmara (2013) por meio das seguintes etapas: i) realizou-se a transcrição das entrevistas e dos diários de campo, seguido da reunião dos documentos; ii) definiu-se as categorias e suas classificações; iii) e deu-se relevo aos conteúdos, destacando-se os trechos que expressam significado do conteúdo analisado.

No processo analítico utilizou-se o *software* ATLAS.ti ® 7.5.7. Como estratégia para análise dos dados empíricos coletados no campo optou-se por realizar associações com as quatro dimensões do DS, a saber: social e humana, econômica, ambiental e cultural. Essa divisão foi feita para realizada para efeito didático, pois os autores reconhecem que essas fronteiras não são bem definidas. Na figura 1, apresenta-se os resultados das ações da Fundação Apaeb que resultaram impactos nas dimensões. Posteriormente, analisa-se o impacto das ações mais pertinentes no ponto de vista dos dados entrevistados e de seus impactos.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 A Fundação APAEB: origem e desdobramentos

O território define uma comunidade humana com pertencimento simbólico e objetivo em um espaço físico determinado e com capacidade de construção de um futuro comum (CUERVO,2006). Nesse sentido, a Fundação APAEB está localizada no município de Valente, no semiárido da Bahia, na região do Território do Sisal, constituído por um conjunto de características fisiográficas específicas e com a caatinga como vegetação predominante (SILVA, 2015). A fundação tem o objetivo de “fortalecer ações desenvolvidas por grupos formais e informais, que tenham caráter comunitário e busquem o desenvolvimento social e econômico sustentável” (FUNDAÇÃO APAEB, 2016, p. 12).

A sigla APAEB significa Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia e carrega uma história que se iniciou no ano de 1980, reunindo pequenos agricultores de sete municípios. No entanto, as bases da fundação remontam os anos de 1960, mas foram enfraquecidas e silenciadas momentaneamente pela ascensão do Período Militar. Os relatos a seguir possibilitam compreender melhor o contexto de sua origem.

[E11] Olha, a APAEB nasceu da necessidade de os agricultores começarem a se organizar para poder comercializar seus produtos. Além dos produtos de subsistência, nosso produto aqui sempre foi o sisal, o carro chefe, e na época tinha muitas bateadeiras de sisal, que são as indústrias de beneficiamento, então o pessoal se juntava muito. Na verdade, era um cartel para colocar o preço que eles bem queriam. Quando tinha as festas da cidade, eles se juntavam para reduzir os custos e bancar essa festa. Então assim, esses agricultores começaram a lutar e se organizar para que pudesse amenizar essa situação e conseqüentemente melhorar os preços dos seus produtos

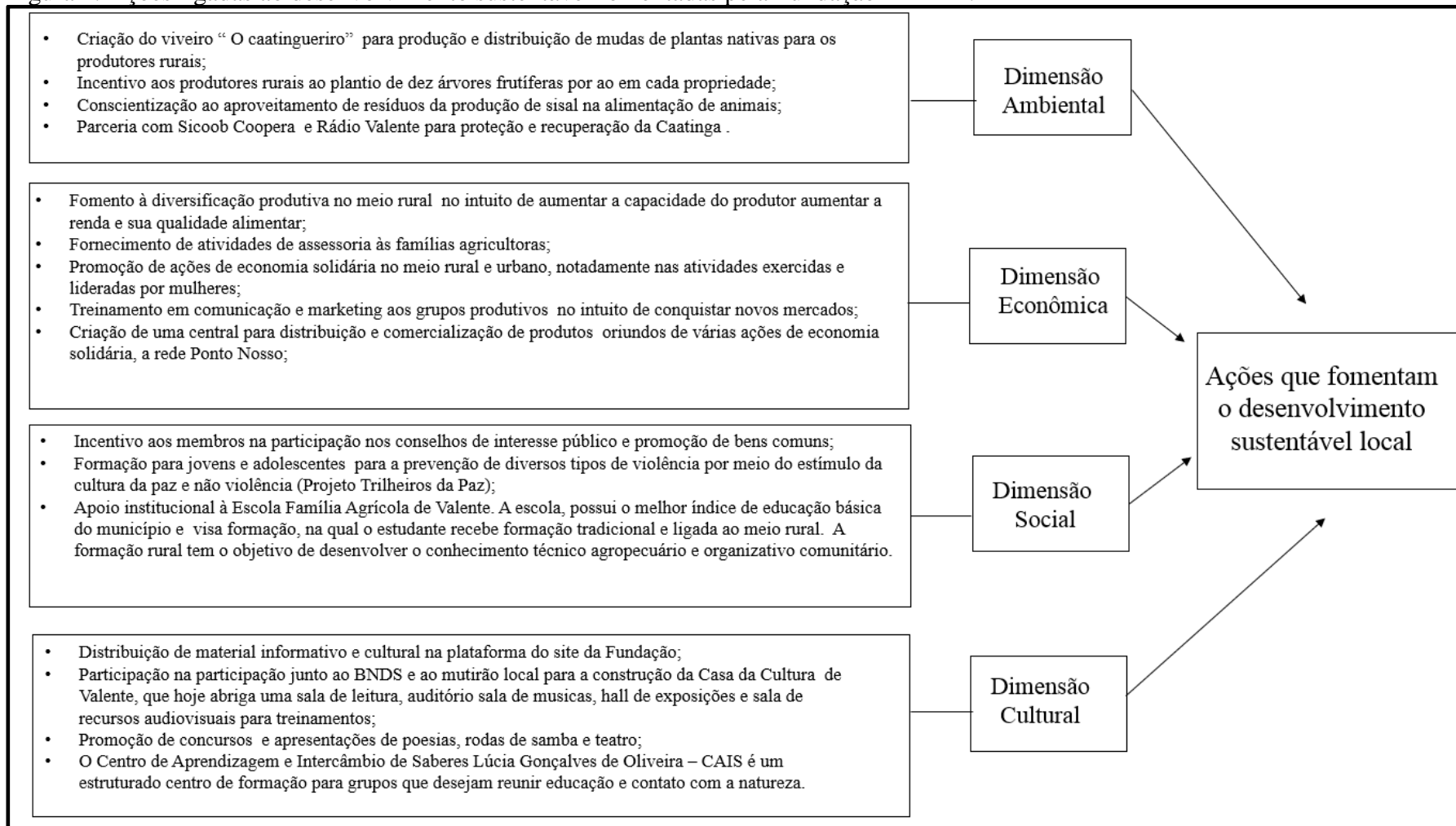
[E4] A Fundação nasceu no início dos anos 80 e possuía um trabalho voltado para as comunidades que eles chamavam de formação política, era um trabalho de educação informal, muitas dessas famílias tinham esses encontros feitos à noite, as reuniões nas comunidades, e eles tinham o desejo de como atingir os filhos desses agricultores, pois os pais eram envolvidos mas os filhos não, porque aquelas reuniões os adolescentes não tinham uma participação ativa, eles iam apenas por ir

Quando se analisa os relatos acima, nota-se a necessidade endógena de garantir formas menos exploratórias de desenvolver a região e despertar esse mesmo interesse nas novas gerações. Nota-se também que há uma associação entre a Fundação APAEB e a Cooperativa APAEB, isso ocorre, pois em seus anos iniciais a fundação era uma espécie de setor de responsabilidade social de uma cooperativa de produtores de sisal e da indústria que o beneficiava.

Em 1993, a APAEB foi municipalizada em Valente (BA) e em 2005 o nome da organização foi alterado para Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (SANTOS, 2010). Em 2007, diante de problemas financeiros, gerados por crises cambiais enfrentados na indústria, a fundação se institucionalizou com natureza independente da antiga indústria e passou a trabalhar com doações e verbas captadas em editais em níveis estadual e federal. Em ambas mudanças a fundação manteve o nome original.

A organização passou por vários desdobramentos, desde sua origem, e na atualidade ela atua em um contexto análogo ao descrito por Mansur, Coutinho e Teodósio (2016) como sendo em meio a inúmeros desafios e com destaque para a necessidade de ações mais colaborativas e integradoras, nas quais o Estado não pode mais ser visto como o único provedor de soluções.

Figura 1. Ações ligadas ao desenvolvimento sustentável fomentadas pela Fundação APAEB.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.



## 4.2 Dimensão Ambiental e Ecológica

É impossível pensar no DS sem relatar a necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento e a preservação da natureza. As dimensões ambiental e ecológica buscam soluções que sejam limpas e permitam a gestão ambiental a fim de manter a deterioração em um nível mínimo (SACHS; 2008; SVAMPA,2013). Nesse sentido, a Fundação APAEB, propaga e fomenta a cultura do sisal, que é segundo Souza et al. (2018) de natureza renovável, orgânica e biodegradável, ao contrário de seus concorrentes, as fibras sintéticas.

O beneficiamento do sisal no meio rural foi oportuno devido sua adaptabilidade ao clima da região, sua cultura pode ser considerada limpa, pois não utiliza defensivos. Outro ponto é que o seu beneficiamento no campo gera resíduos que são aproveitados na nutrição animal ou misturados ao solo (Notas do campo, 2019). A figura 2 demonstra parte do processo de beneficiamento do sisal e sua utilização na composição da alimentação para os animais no meio rural.

Figura 2. Reaproveitamento de resíduos para alimentação animal



Fonte: Dados da pesquisa (2019) - elaborado pelos autores.

Além do trabalho direto com as famílias agricultoras, a Fundação participou e realizou diversos eventos que abordaram temáticas ambientais, conforme trecho de um de seus relatórios anuais:

Como destaque, para a comemoração pelo Dia Mundial da Água, em 22 de março, quando se discutiu questões preocupantes referentes ao acesso à água de qualidade e a necessidade de seu uso racional e consciente, a campanha Adote Uma Árvore Cultive o Verde, Cultive o Bem", promovida pela Fundação APAEB em parceria com a Associação APAEB, Sicoob Coopere e Rádio Valente FM, tendo como objetivo estimular a recuperação da caatinga e mostrar a importância da árvore na prevenção da erosão do solo e a distribuição de 7.913 mudas de plantas diversas, produzidas no Viveiro da APAEB ( Fundação APAEB, 2016 ).

Ao promover uma cultura com pouco impacto ambiental, ações de educação e de reflorestamento, a fundação consegue trabalhar em distintas frentes na dimensão ambiental do DS: proteção do potencial de capital natureza de recursos que sejam renováveis, criação de alternativas para uso de recursos e respeito da capacidade natural de autodepuração dos ecossistemas (SACHS, 2008; ALBUQUERQUE, 2015).

A organização ainda promove ações de educação ambiental e atividades de apoio às práticas de agricultura agroecológica e orgânica. Alguns do produto são comercializados, enquanto outros são beneficiados no campo em uma das várias iniciativas de economia solidária presentes na região. As ações impactam tanto em meio urbano quanto no rural. Como resultado, as pessoas do campo passam a ser protagonistas no processo de produção do sisal, alimentos orgânicos e agroecológicos que impactam na vida urbana para a população que terá acesso a esses alimentos e trabalham em outras etapas do beneficiamento das fibras do sisal.

### 4.3 Dimensão Social e humana

No trabalho de campo visitou-se empresas, entidades públicas, associações, cooperativas e momentos de recreação do município de Valente. Nessa imersão, notou-se uma grande presença de mulheres como protagonistas de ações de economia solidária. Entre elas, destaca-se três empreendimentos de economia solidária idealizado, gerenciado por mulheres e para mulheres.

A cooperativa Sabores da Terra que está localizada na zona rural de Valente e reúne um grupo de 8 mulheres que beneficiam produtos da agricultura familiar e da Caatinga: banana, licuri, frutas e mandioca, maracujina e maracujá. A cooperativa Fibras do Sertão, localizada em Valente e reúne, 64 mulheres que se utilizam o sisal para fazer artesanato. Ambas cooperativas vendem seus produtos nos próprios empreendimentos ou comercializam no Ponto Nosso, um local de comercialização inaugurado em 2014 que reúne produção artesanal de dezenas de empreendimentos solidários da região de Valente e de mais 4 municípios ao redor (Notas do campo, 2019).

O Ponto Nosso é permite que os diferentes grupos se conectem em seus diferentes projetos de empreendimentos e recebam apoio de parcerias. Miller (2009) e Laville e Gaiger (2009) apontam que as iniciativas da ES desenvolvem a cooperação e relacionamentos que proporcionam solidariedade e apoio mútuo. Como foi evidenciado nas relações estabelecidas entre as várias iniciativas de economia solidária mesmo que algumas atividades contempladas fossem concorrentes.

O desenvolvimento social e humano contempla maior preocupação com o bem-estar da população ao promover a cidadania e a melhora na qualidade de vida (SACHS;2008; ALBUQUERQUE, 2015). Na pesquisa evidenciou-se que fundação fomenta a capacitação e promoção das ações pensada por mulheres tanto no meio rural, quanto no urbano. Quando se analisa os relatos de quem participa dessas experiências:

[E8] No empreendimento houve mulheres que conseguiram ficar e outras mulheres que o marido não deixou. Essas que ficaram, que venceram a barreira, hoje têm um relacionamento bem melhor do que tinham antes, têm vida social desenvolvidas, são mulheres empoderadas, que antes não tinham coragem de estar no espaço público, de estar no meio de gente, de se identificar, de se apresentar. Hoje quebramos essa barreira e temos até mulheres que representam a associação em outros espaços.

[E6] antes não havia trabalho, a não ser na s frentes do serviço do governo, onde as mulheres trabalhavam e ganhavam R\$25,00 por mês. [...] Eu já cheguei morar em São Paulo, fui para trabalhar, mas hoje sei que o que eu gosto de fazer é ficar aqui e me identifico muito com o artesanato.

Nota-se que o trabalho nas ações de ES confere às mulheres características emancipatórias. Além disso, a renda e a inserção no mercado de trabalho lhes dão maior poder econômico e liberdade e isso resulta em poder ajudar os filhos de forma mais efetiva em termos de bens, materiais, escolares entre outros. Outro resultado destacado por elas foi a possibilidade de utilizarem a renda para poder cursar nível superior (Notas do campo, 2019).

Desse modo, as atividades geram emprego e renda, ressignificando seu papel na sociedade e no desenvolvimento local. Conforme os relatos, o trabalho também contempla características econômicas e de identificação com o artesanato, resgatando aspectos da identidade e da cultura da região.

#### **4.4 Dimensão Econômica**

A análise da dimensão econômica do território não pode ser dissociada da dimensão social e aponta para a necessidade de alternativas para a geração de trabalho e renda a partir da atividade solidária baseada em autogestão em condições que não prejudiquem o desenvolvimento ambiental (SAMPAIO E SOUZA, 2015). Entre as ações da fundação evidenciou-se que os projetos que promovem estímulo à economia solidária desde ações para construção de grupos produtivos, formação em gestão, apoio para estruturação e comercialização, além de articulação para fortalecimento das diferentes ações de ES.

Nos resultados de 2016, por exemplo, havia 22 grupos apoiados com 308 pessoas que em sua maioria são mulheres (FUNDAÇÃO APAEB, 2016). Esses grupos, no entendimento de Sampaio e Souza (2015) fortalecem a relação entre o poder associativo, o coletivo do trabalho e formam sinergias que fortalecem e potencializam o desenvolvimento local.

A fundação também teve papel preponderante na abertura de um banco cooperativo na cidade e isso trouxe importante impulso às atividades econômicas, por oferecer crédito com juros menores para as artesãs e produtores rurais, ligados a agricultura familiar. Segundo o presidente da fundação:

[E 4] quando nós começamos a focar numa cadeia produtiva, que nesse caso a primeira foi o sisal, foram surgindo as necessidades. Nós não tínhamos capital de giro. Na época os bancos abriram as poupanças com um salário mínimo, logo em seguida a APAEB fez com que a poupança pudesse ser aberta com apenas um real, que na época era cruzeiro. Então chegamos a captar, pagando o mesmo juros que o banco pagava, mais de um milhão de reais para capital de giro. E o que não podia poupar nos bancos oficiais, conseguimos poupar porque a taxa de início era bem pequena. Porém chegou um certo momento que a APAEB não podia lidar mais com o gerenciamento de questões que os bancos lidavam, os movimentos financeiros. Então criou-se a cooperativa de crédito, que trabalhou na sua estrutura física durante anos para que pudesse continuar fazendo essa operação financeira como outro banco qualquer faria, só que era uma cooperativa.

Quando se aborda o desenvolvimento econômico local, Albuquerque (2004) destaca que a mobilização e a participação dos atores locais, a postura proativa do poder público, a existência de grupos de liderança local, a cooperação público-privada, a elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento e o apoio às pequenas empresas surgem como elementos categóricos para sua existência. Notamos por meio do fragmento acima que mesmo sem um poder público participar ativamente, a articulação da fundação foi capaz de trazer uma instituição cujas ações geravam impactos em toda região.

#### 4.5 Dimensão Cultural

O território, por ser uma construção histórica, incorpora não só as dimensões analisadas anteriormente do DS, mas também sua identidade (PERICO, 2009). Por isso, ele abrange valores, significados, visões compartilhadas, códigos, ícones, tradições e o seu folclore (PERICO, 2009). Quando analisamos essa dimensão no município de Valente, a fundação APAEB realiza ações de influência na vida cultural da cidade. Conforme o relato de E4:

[E4]: Como pensamos em melhorar a vida dos agricultores só comprando as matérias-primas deles? Então temos que trabalhar a parte da cultura. Criamos nossa própria casa da cultura, para que ele pudesse ter acesso às culturas locais. Aqui no sertão temos a cantiga de reis, o samba, a cantiga de roda, a roda de verso...é bem amplo essa questão da cultura na nossa região, e esse era um espaço para que as pessoas pudessem mostrar isso. Vivemos um período que nós produzíamos nossos vídeos aqui e alugávamos um horário na TV Cultura do Sertão.

[E4]: São realizadas oficinas, seminários, festivais de agricultura, com o objetivo de não só passar mais conhecimento para os beneficiários e alunos, que na sua maioria são jovens, mas também resgatar a cultura popular. Tradições culturais da região são trazidas para esses festivais o tipo de música que é popular na nossa região que ficam meio esquecidas agora, com tanta comunicação, com tanta tecnologia, as pessoas mais jovens estão mais inseridas no motor virtual, tecnológico, essas culturas mais antigas perdem um pouco sua tradição e força.

Nota-se que um dos elementos da agenda da Fundação é desenvolver diversas atividades culturais que pudessem não só trazer cultura à população de Valente, reforçar disseminar a própria cultura baiana e regional. A casa da Casa da Cultura da cidade também é um resultado de articulação na qual a fundação APAEB participou com outras instituições. A Cultura abriga a maior parte dos eventos culturais da cidade, esses eventos abrangem várias áreas da cultura, como audiovisual, música, cultura popular, cinema e outros.

A Casa da Cultura disponibiliza de alguns violões e uma bateria para aulas de música para o público, majoritariamente, infantil e adolescente. As apresentações ocorrem no teatro, que fica dentro da casa. Esses eventos chegam a reunir, por ano, cerca de 15.258 pessoas (FUNDAÇÃO APEB, 2016). Conforme a descrição encontrada no site da fundação:

A Casa da Cultura é um dos mais estruturados espaços culturais da região. Foi construída com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e da Associação APAEB, com apoio da comunidade através de mutirões. A ideia da construção da Casa surgiu da necessidade de um espaço cultural onde os artistas e grupos culturais da região pudessem mostrar seus trabalhos, a exemplo do cordel, da música, do samba de roda e do teatro.

A sustentabilidade cultural está intimamente ligada com a manutenção cultural de um povo ou sociedade. Ela aglutina os atributos de conectar elevação das oportunidades da sociedade e respeito às diversidades culturais (ALBUQUERQUE, 2008). Quando analisa as experiências do caso estudado, percebe-se que as iniciativas conseguem equilibrar o tradicional e o novo. E ao valorizar o que é endógeno, consegue garantir autonomia sem se pautar em cópias ou recomendações ao contexto local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo analisar como as ações de uma fundação regional se refletia em desenvolvimento local sustentável no município de Valente, na Bahia. Como resultado, foi possível evidenciar que o conjunto de ações desenvolvidas pela organização aos longos dos anos geram impactos nas dimensões ambiental-ecológica, social, ambiental e cultural do território estudado. Ainda que a amplitude e impacto dessas ações possam ser limitados em termos de recursos, a soma de todos resultados acaba refletindo em melhoria nas condições de vida das pessoas alvo dessas ações.

Confirmamos, assim, que o fato da fundação estudada possuir o lema do desenvolvimento sustentável em sua missão, auxilia para o fortalecimento dessas dimensões estudadas nesta pesquisa. Considerando que na atualidade as atividades dependam de aportes financeiros de editais em nível estadual e federal, a fundação possui ações que visam inclusão, emancipação e melhor qualidade de vida para as pessoas da região.

Como citado anteriormente, as dimensões do DS puderam ser analisadas na pesquisa de campo, como o empoderamento das mulheres através do trabalho, na dimensão social, já que várias ocupam postos dentro dos espaços da APAEB. A atenção dada à cultura, à educação com as atividades propostas pela Casa da Cultura e fortalecimento da cultura local. As práticas agroecológicas, visando o equilíbrio ambiental e também preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Nota-se que as ações são distintas, alcançando faixas etárias diferentes e possibilitando equidade e igualdade de gênero.

Por meio da pesquisa foi possível evidenciar que analisar o desenvolvimento de um território e seus desdobramentos requer compreender sua história e como a sociedade se reconhece nele. Nesse sentido, a cultura do sisal, seu beneficiamento e seus impactos na região fazem sentido e geram resultados sustentáveis para aquela realidade, não servindo de modelo nem condição para que o mesmo ocorra em outras regiões e territórios.

Para Albuquerque (2004), a coordenação de programas de ação e dos instrumentos de apoio e a institucionalização de um quadro para o desenvolvimento local necessitam de um pacto político suprapartidário para assegurar a legitimidade e durabilidade. Nesse sentido, pesquisas futuras podem se aprofundar na dimensão política do desenvolvimento sustentável na região. Deixamos essa possibilidade em função das recentes mudanças políticas no contexto municipal e federal trouxeram novos desafios para a manutenção de muitas ações citadas nesse trabalho.

Pesquisas podem se debruçar em compreender o quanto a esfera pública tem auxiliado, sendo impactada ou trabalhado em parcerias com as ações da fundação. Outros trabalhos podem se aprofundar em cada uma das dimensões destacadas na figura 1, fazendo recortes mais profundos e considerando os aspectos históricos das ações com indicadores socioeconômicos oficiais como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Indicadores de Renda, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. Desarrollo economico local y Descentralización en America Latina. *Revista de la CEPAL*. No. 82, p.157-171, 2004.

ALBURQUERQUE, F. **Enfoque, estratégias e información para el desarrollo territorial: los aprendizajes desde ConectaDel**. Buenos Aires: BID-FOMIN, 2015.

- ALLEN, S.; CUNLIFFE, A. L.; EASTERBY-SMITH, M. Understanding Sustainability Through the Lens of Ecocentric Radical-Reflexivity: Implications for Management Education. **Journal of Business Ethics**, v. 139, n. 4, dez, 781-795, 2019.
- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, set.-out. 2003.
- ANDRADE, D. C.; LIMA, C. E. O ensino de sustentabilidade nas ciências econômicas: perspectiva crítica e elementos norteadores do debate. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 6, p. 27-41, 2018.
- APAEB - Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal – **Sustentabilidade**. Disponível em: < <http://www.apaeb.com.br/sustentabilidade.html>> Acesso em 29 jan. 2020.
- FUNDAÇÃO APAEB – **RELATÓRIO ANUAL DE 2016**. DISPONÍVEL EM: < [http://www.fundacaoapaeb.org.br/portal/?sdm\\_downloads=relatorio-anual-fundacao-apaeb-2016](http://www.fundacaoapaeb.org.br/portal/?sdm_downloads=relatorio-anual-fundacao-apaeb-2016)> Acesso em 29 jan. 2020.
- FUNDAÇÃO APAEB – **Casa da Cultura** Disponível em: < [http://www.fundacaoapaeb.org.br/portal/?page\\_id=4040](http://www.fundacaoapaeb.org.br/portal/?page_id=4040)> Acesso em 29 jun. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 219-213, 2009.
- BROWN, D. Bridging Organizations and Sustainable Development. **Human Relations**, V. 44, N. 8, 1991.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CALDAS, E. L.; MARTINS, R. D.; VAZ, J. C. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, v. 44, p. 559-590, 2010.
- CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**. 2013.
- CUERVO, L. F. **Globalización y territorio**, serie Gestión Pública, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2006.
- FISCHER, D.; BRETTEL, M.; MAUER, R. The three dimensions of sustainability: a delicate balancing act for entrepreneurs made more complex by stakeholder expectations. **Journal of Business Ethics**, v. 152 n.1, p.1 -20, 2018.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- HUTTMOVA, E.; VALENTINY. Assessment of the Economic Pillar and Environmental Pillar of Sustainable Development in the European Union. **European Journal of Sustainable Development**, v. 8 n. 2, p. 289- 298, 2019
- JACOBI, P. R.; CIBIM, J. A necessária compreensão das consequências ampliadas de um desastre. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 0-0, 2015.

- JAMES, P. **Urban Sustainability in Theory and Practice: circles of sustainability**. London: Routledge, 2015.
- KELLY, R.; SIRR, L.; RATCLIFFE, R. Futures thinking to achieve sustainable development at local level in Ireland. **Foresight**, v.6, n.2, p.80-90, 2004.
- KHAVUL, S.; BRUTON, G. D. Harnessing innovation for change: Sustainability and poverty in developing countries. **Journal of Management Studies**, v.50, n. 2, p. 285–306, 2013.
- KLEIN, J. L.; HARRISSON, D., FONTAN, J. M.; LÉVESQUE, B., The Quebec system of social innovation: a focused analysis on the local development field. **Finisterra**, v. 47, n. 94, p.9 -28, 2012.
- LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D. et al (org.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina Brasil, 2009.
- LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: A Critical Review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, jun. 1991.
- LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconômica. **Revista Política & Sociedade**. v.8, n.14, p.107-144, 2009.
- LIMA, C. E. **A Institucionalização da Temática Sustentabilidade em Pós-Graduações Stricto Sensu em Administração no Brasil**. 181 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.
- LIMA, C. E.; AMÂNCIO-VIEIRA, S. F. A institucionalização da temática da sustentabilidade no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, 2017.
- LIMA, C. E.; FERNANDES, E. A.; AMÂNCIO-VIEIRA, S. F. O Desenvolvimento da Pesquisa Científica Envolvendo Sustentabilidade no Brasil: Evolução e Estruturação do Campo na Área de Administração. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, p. 404-420, 2018.
- MANSUR, Y. S.; COUTINHO, D. D. R.; TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento Sustentável: governança, participação e parcerias intersetoriais. **Ciência e Sustentabilidade**, v. v2, p. 28-50-50, 2016.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.
- MILLER, E. **Solidarity economy: key concepts and issues**. In: KAWANO, E.; MASTERSON, T. N.; TELLERELSBERG, J. Solidarity economy I: building alternatives for people and planet. Amherst: Center for Popular Economics, 2009.
- MOURA, A. M.; COMINI, G; TEODÓSIO, A. S. S. The international growth of a social business: a case study. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 444-460, 2015.
- PADILHA, L. G.; VERSCHOORE, J. R. Cooperação e Desenvolvimento Sustentável Local: uma Análise Qualitativa de Fóruns de Agenda 21. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*.
- PERICO, R.E. **Identidade e território no Brasil**. Trad. Maria Verônica Morais Souto. Brasília, Instituto Interamericano de Agricultura, 2009.

- RHODES, C.; MUNRO, I.; THANEM, T.; PULLEN, A. Dissensus! Radical Democracy and Business Ethics. **Journal of Business Ethics**, v. 164, p. 627–632, 2020.
- RONCONI, L.; MENEZES, E. C.; BITTENCOURT, B. Desenvolvimento Territorial Sustentável: iniciativa de economia social e solidária no contexto do turismo. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 17, n.49, p. 94-111, 2019.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SAMPAIO, R. M. A.; SOUZA, R. M. A concepção de sustentabilidade e desenvolvimento a partir do território. **Revista Geotemas**, v. 5, p. 67-76, 2015.
- SANTOS, E. M. C. **Gente ajudando gente: a influência da APAEB para a constituição de outras entidades coletivas**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M.; C.; SILVA, O. A. (Org.). (Geo)grafias dos movimentos sociais. 1ed.Feira de Santana: UEFS Editora, p. 367-388, 2010.
- SECRETARIA DO TRABALHO. **Economia Solidária**. 2015. Disponível em : <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>> Acesso em: 23 jun. 2020.
- SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability. **Environmental Politics**, v. 18, n. 4, p. 539-556, 2009.
- SILVA, F. P. M. **Desenvolvimento, Territorialidade e Identidade: a experiência do Território do Sisal na Bahia**. In: ORTEGA, A. C.; MOYANO ESTRADA, E. (Org.). Desenvolvimento em Territórios Rurais: Estudos Comparados de Brasil e Espanha. 1ed.Campinas: Alínea, 2015.
- SINGER, P. I. O Brasil no limiar do terceiro milênio. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 247-259, 2000.
- SOLIDARITY ECONOMY ASSOCIATION. **What is Solidarity Economy**. 2019. Disponível em: <<https://www.solidarityeconomy.coop/what-is-solidarity-economy>> Acesso em: 23 mar. 2020.
- SOUSA, E. P.; SOARES, N. S.; ALVES, A. V. S.; SILVA, M. L. Competitividade dos produtores de sisal da Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, p. 39-49, 2018.
- STAKE, R. E. Qualitative case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 443-466. 2005.
- SVAMPA, M. N. **Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Fundación Friedrich Ebert. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2013.
- UNITED NATIONS. **About the Sustainable Development Goals**. 2019. Disponível em: < <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/> > Acesso em 27 jul. 2020
- WCED - WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987. **Our Common Future**, 1987.